



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXVII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2023

A EXPRESSÃO CARTOGRÁFICA E ESTATÍSTICA DA VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE SEMIÁRIDO NORDESTE II: RELAÇÕES DE GÊNERO E POBREZA

Benicio Abel da Silva Andrade Leão¹; Vanessa da Silva Vieira²

1. Bolsista PIBIC/CNPq, Graduando em Bacharelado em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: benicio.abell@hotmail.com
2. Orientador, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia - DCHF, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: vanessavieira@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: Cartografia; Relações de gênero; Pobreza.

INTRODUÇÃO

A expressão cartográfica traduz os interesses e objetivos de quem os propõe. Assim, pode se aproximar ou se afastar da realidade representada. Ademais, a projeção dos dados em mapas, possibilidade representar tais dados de forma visual e compreensível. Neste sentido, a pesquisa apresenta um conjunto de dados que representem a condição de vulnerabilidade socioeconômica, da pobreza, doravante TISN-II, tendo como pano de fundo a categoria gênero, especificamente com foco na mulher. Busca-se compreender as correlações entre as questões de gênero e da pobreza, bem como a situação das mulheres residentes no TISD-II. Desse modo, conforme (SOUZA *et al.*, 2017) o debate teórico sobre a categoria da pobreza é de fundamental importância, especialmente quando é conduzido para centrar-se nos aspectos econômicos que a englobam.

A pesquisa tem por objetivo geral compreender a espacialização da pobreza da mulher, entre os municípios do Território de Identidade Semiárido Nordeste II, usando os indicadores relacionados à vulnerabilidade socioeconômica. E, por objetivos específicos, conferir visibilidade cartográfica à condição de vulnerabilidade no Território de Identidade Semiárido Nordeste II na categoria gênero; apresentar, especialmente, via mapeamento cartográfico, os dados estatísticos referentes ao Território de Semiárido Nordeste II, destacando a situação da mulher; apresentar a evolução anual dos indicadores relacionados à vulnerabilidade socioeconômica, usando dados estatísticos e os representando espacialmente.

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)

Para alcançar os objetivos propostos seguiram-se os seguintes procedimentos metodológicos conforme figura 1.

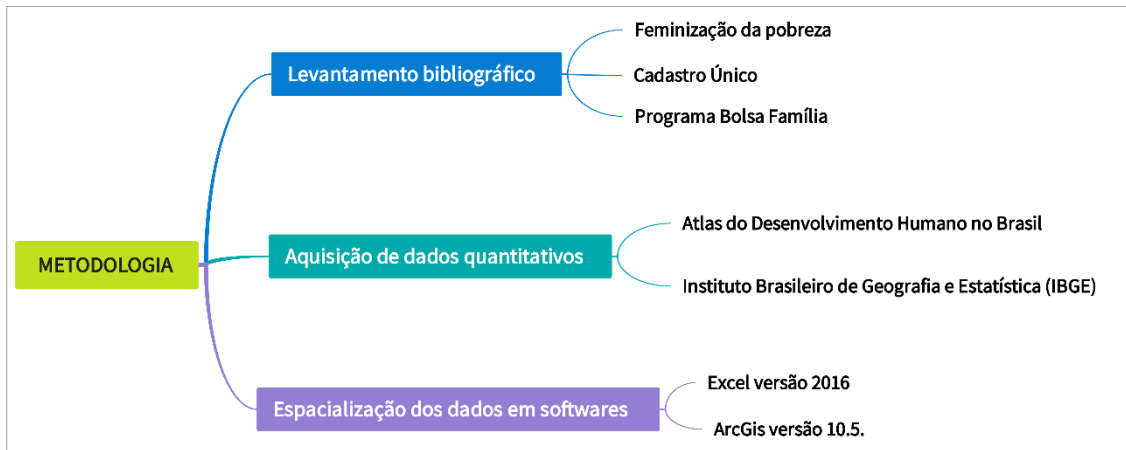
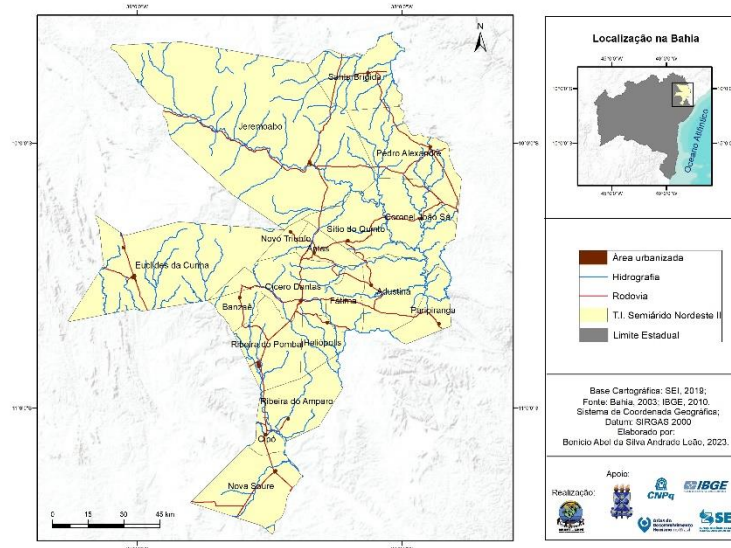


Figura 1: Fluxograma Metodológico da pesquisa.

Fonte: Elaboração própria, 2023.

O Território de Identidade Semiárido Nordeste II compreende 18 municípios (figura 2), está localizado no Nordeste baiano, entre as coordenadas aproximadas de 9°34' a 11°29' de latitude sul e 37°45' a 39°16' de longitude oeste, abrangendo uma área de 15.982 km², o que corresponde a aproximadamente 2,8% do território estadual.



Fonte: Elaboração própria, 2023.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO (ou Análise e discussão dos resultados)

No Brasil, diversos estudos têm abordado sobre a feminização da pobreza, ao qual se aponta para maior vulnerabilidade econômica das mulheres chefes de família e seus filhos, especialmente em crises econômica e social. Essa vulnerabilidade é exacerbada pelas desigualdades de gênero no mercado de trabalho, onde as mulheres costumam ter menos oportunidades e salários mais baixos, além do fardo muitas vezes imposto pelas responsabilidades familiares (Novellino, 2004). Assim, tais disparidades socioeconômicas insere-se a mulher em um lugar de marginalização na sociedade.

Nessa perspectiva, com base na compreensão do ideal da feminização da pobreza, no que diz respeito à incidência da pobreza de mulheres, especificamente as mães de família, observa-se abaixo na tabela 01 os dados sobre tal fenômeno no Território de Identidade Semiárido Nordeste II.

Tabela 01 – % de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família e com filho menor de idade 2000 e 2010

Municípios	% total de mães sem ensino fundamental completo chefes de família e com filho menor de idade	
	2000	2010
Adustina	91,05	84,92
Antas	87,92	59,92
Banzaê	100,00	66,82
Cícero Dantas	88,32	60
Cipó	83,16	61,93
Coronel João Sá	87,53	66,56
Euclides da Cunha	86,15	64,76
Fátima	96,22	79,21
Heliópolis	96,24	78,69
Jeremoabo	92,42	68,5
Nova Soure	87,06	71,06
Novo Triunfo	75,31	72,85
Paripiranga	96,97	78,04
Pedro Alexandre	100,00	81,89
Ribeira do Amparo	97,84	74,02
Ribeira do Pombal	82,17	66,47
Santa Brígida	85,79	64,99
Sítio do Quinto	97,14	80,42
Total do Território	90,63	71,17

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, c2023.

Elaboração própria, 2023.

Conforme, a taxa média geral diminuiu de 90,63% para 71,17% entre os dois períodos analisados. No entanto, alguns municípios ainda apresentaram um alto índice percentual de mães chefes de família que não concluíram o ensino fundamental no ano 2000, como Banzaê (100%), Pedro Alexandre (100%) e Ribeira do Amparo (97,84%). Entre 2000 e 2010, houve um declínio geral na proporção em todos os municípios e, nesse grupo específico, indica-se que, houve avanços no âmbito das políticas públicas que permeiam questões de gênero, pobreza e educação.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um dos programas que produziu um impacto no território. Segundo Ortiz e Camargo (2016), o PBF foi oficialmente criado em 2004, durante o governo do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como uma política pública para combater a pobreza e a desigualdade social no Brasil. Ele foi criado pela Lei n.º 10.836/2004, como uma resposta à necessidade de proporcionar inclusão social e redistribuição de renda para as famílias brasileiras mais pobres, com ênfase na categoria gênero. A tabela 02 apresenta os dados do PBF no território.

Tabela 02 – Mulher (%) de inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família, 2014, 2015, 2016 e 2017

Municípios	MULHER % de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família			
	2014	2015	2016	2017
Adustina	87,96	81,59	79,23	79,06
Antas	94,35	84,95	81,88	85,89
Banzaê	80,06	76,01	76,71	75,88
Cícero Dantas	83,2	80,04	76,52	80,32
Cipó	81,42	77,63	88,52	87,21
Coronel João Sá	88,03	87,33	87,95	92,6
Euclides da Cunha	84,77	80,63	79,26	83,32
Fátima	89,4	84,24	81,18	81,6
Heliópolis	85,37	76,34	81,3	82,52
Jeremoabo	87,53	85,7	85,31	85,87

Nova Soure	87,39	84,25	83,35	81,09
Novo Triunfo	92,17	85,23	83,25	89,89
Paripiranga	85,61	83,07	80	79,98
Pedro Alexandre	92,86	83,38	82,69	89,73
Ribeira do Amparo	87,98	82,37	83,77	89,89
Ribeira do Pombal	85,95	85,6	82,73	84,26
Santa Brígida	81,44	82,6	78,74	80,56
Sítio do Quinto	87,91	84,48	80,78	83,58
Total do território	86,86	82,52	81,84	84,07

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, c2023.

Elaboração própria, 2023.

A partir da análise da tabela acima, é possível compreender que houve uma variação no percentual total do território. Em 2014, 86,86% das mulheres inscritas no Cadastro Único recebiam o Bolsa Família. No entanto, esse percentual caiu gradualmente para 82,52% em 2015, 81,84% em 2016 e só em 2017 houve um acréscimo para 84,07%. Dessa maneira, observa-se que, as taxas de participação no PBF variam substancialmente entre os municípios. Municípios como Coronel João Sá, Novo Triunfo e Ribeira do Amparo têm taxas significativamente mais altas, enquanto Banzaê, Santa Brígida e Heliópolis têm taxas mais baixas durante os períodos de 2014 – 2017. Ressalta-se que, essas variações entre as taxas nos municípios podem indicar que o gerenciamento do PBF, as circunstâncias socioeconômicas ou as estratégias de divulgação mudaram. Ou seja, isto pode causar uma simbiose nos municípios no que diz respeito a quantidade de inscritas no Cadastro Único que recebem o Bolsa Família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou Conclusão)

Na perspectiva da categoria gênero, as desigualdades são consideradas significativas no Território de Identidade Semiárido Nordeste II, a feminização da pobreza no território aparece de forma substancial. Dessa forma, atenta-se para problemas os quais deveriam ser examinados com mais critérios por governos municipais e/ou estaduais. Conforme, é nesse contexto que se concentra ao PBF na perspectiva de combate à pobreza que, apesar de suas limitações enquanto programa assistencial de transferência de renda, surge como uma possibilidade de desenvolvimento que tem ajudado a diminuir a pobreza e a desigualdade social. O PBF alcançou/impactou positivamente muitas mulheres em diversos municípios do Território de Identidade Semiárido Nordeste II. Ainda que as variações dos dados nas taxas de beneficiárias possam afetar o impacto do PBF na redução da pobreza e na melhoria das condições socioeconômicas das mulheres, o programa tem demonstrado reduzir a pobreza local.

REFERÊNCIAS

- ATLAS BRASIL.** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. c2023. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 03. outubro de 2022.
- NOVELLINO, M. S. F. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**, p. 1-12, 2004.
- ORTIZ, L.R.A; CAMARGO, R.A.L. Breve Histórico e Dados para Análise do Programa Bolsa Família. In: **II Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**, São Paulo, 20 a 22 de setembro de 2016.
- SOUZA, D. H. *et al.* Gênero e Pobreza: um estudo comparativo de casos na Rodoviária do Plano Piloto-DF, In: **II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**, Florianópolis. **Anais do Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**, 2017.